

Rosa Virgínia Mattos e Silva *

Diversidade e Unidade: A Aventura Linguística do Português

*«...por mares nunca de antes navegados...»
(Lus. 1,3)*

1. INTRODUÇÃO

1.1 Colocação do problema

A língua portuguesa - uma das cinco línguas mais faladas no mundo - hoje é instrumento de comunicação verbal de cerca de 150 000 000 de indivíduos dispersos nos continentes da Terra. Com estatutos sócio-políticos distintos, o português é a língua nacional de um país unilingue, Portugal, também língua nacional de um país oficialmente unilingue, mas, na realidade, como todos sabemos, multilingue, o Brasil, língua oficial de cinco nações africanas, onde convive com múltiplas línguas nacionais - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe; ainda sobrevive na Ásia - Macau e Goa - como língua de grupos minoritários e também como língua da minoria persiste na Insulíndia, em parte de Timor. Na Europa não Ibérica é língua materna de grandes concentrações de emigrantes portugueses, o que também acontece na América do Norte, nos Estados Unidos e no Canadá. Sem dúvida, «se mais mundo houvera lá chegara», como vaticinou o seu Poeta Maior na epopeia em louvor da aventura dos assinalados barões lusitanos.

Muito bem definiu essa situação Paul Teyssier, em sua «Lição Final», no encerramento do *Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo* (1985:46), reunido em Lisboa em 1983:

É uma realidade original que não é do tipo nacional, já que abrange sete nações situadas na Europa, na América e na África, nem do tipo étnico, já que o português é usado por homens de todas as raças e origens, nem tão-pouco, por razões óbvias, de tipo económico, nem de tipo religioso.



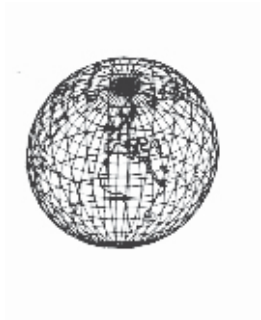
A par dos estatutos sócio-políticos diversos mencionados, as configurações linguísticas internas que assume a língua portuguesa nos diversos lugares em que é utilizada são de natureza também diferenciada, decorrente da história própria que viveu a língua, a depender dos factores externos - históricos, sociais, geográficos, demográficos - que determinaram a sua difusão e implantação, em cada um desses locais. Assim sendo, a variação social e a variação espacial da língua têm feições típicas em cada um deles. Sobrepondo-se a essa variação, as normas sociais, configuradas a partir de determinado dialecto de prestígio sócio-político e cultural, considerado **standard** ou modelo para a sociedade de cada local, também são diferenciadas.

A esse entrecruzar-se de dialectos sociais, espaciais e de normas linguísticas impõem-se as normas específicas da língua escrita que neutralizam muitas das diferenças da fala quotidiana, mas estão longe de anulá-las. A espinha dorsal que, entretanto, une todas essas diferenças se capta em um nível de abstracção maior, que é do sistema de regras comuns que subjaz a essas diferenças, e que dá suporte a que, enquanto fenómeno histórico se possa afirmar que nesses diferentes pontos do globo está, ali, a língua portuguesa e não outra língua.

É dessa «realidade original», fragmentada e diversificada, mas cuja unidade persiste, que vamos nos ocupar nos dois encontros para mim programados neste *Primeiro Encontro Nacional de Culturas de Países de Língua Portuguesa*.

Misto de aula e conferência, esses dois encontros sequenciados apresentarão uma reflexão que tem como objectivo principal tratar da diversidade e da unidade, movimentos aparentemente antagónicos que marcam, dialecticamente, o constituir-se da língua portuguesa desde suas origens no noroeste da Península Ibérica do Século XII até agora, quando ainda se expande pelas últimas fronteiras por colonizar nos confins da Amazónia brasileira. Concentrar-me-ei, fundamentalmente, mas não com exclusividade, por limites de tempo e também de informação, à diversidade / unidade das variantes portuguesa e brasileira da língua portuguesa e abordarei essa situação complexa tanto diacrónica como sincronicamente, entrecruzando, sempre que necessário, os dois eixos.

História antiga, de sempre e de agora, o expandir-se de uma língua de dominação leva consigo o estigma da morte e da vida, de glotocídios e de nascimentos linguísticos - lamentavelmente com o predomínio daqueles e não destes. Ao longo da História essa estória se repete, basta aqui lembrar os romanos e o latim,



de que o português é um dos rebentos, nascido do contacto do Latim com as línguas de populações autóctones ou não que viviam no extremo ocidente da Europa, e que foram subjugadas pelo império de Roma. A língua sempre foi companheira do império, como tão bem explicitou António de Nebrija, nos albores do século XVI.

1.2 Definições preliminares

Língua, variante, dialecto, norma foram termos que utilizei no item anterior e que sobejamente são conhecidos na sua significação metalinguística pelos linguistas profissionais e estudantes. Partindo, entretanto, do entendimento de que um congresso como este reúne uma população de formação variada, senti necessário definir com clareza o valor de cada um deles no contexto desta exposição.

O termo **língua**, na terminologia da ciência da linguagem, é, sem dúvida, um conceito chave, cuja definição pode delinear o objectivo de uma teoria linguística.

Nesta década, por exemplo, Noam Chomsky (1982) afirma que a teoria da gramática gerativa, como actualmente é formulada, tem por objectivo definir não uma língua, que para ele é algum tipo de noção política, mas não linguística. Cabe à linguística teórica hoje, do seu ponto de vista e daqueles que o seguem, buscar o que denomina «grammar», ou seja, um conjunto de princípios que dêem conta do que, existente na mente de todo ser humano normal, permite que qualquer um adquira nos primeiros anos de vida a competência de se expressar em uma determinada língua, epifenómeno histórico do fenómeno bio-psíquico que é a «grammar». Desse modo de ver, a «grammar» apresentará regras universais comuns a todas as línguas e opções de variação dentro de parâmetros limitados que devem ser determinados pelos princípios da teoria e a partir de sua adequação aos dados empíricos.

Em um nível menos alto de abstracção, os estruturalismos da primeira metade do século XX definem a língua, o sistema, ou **langue** da teoria saussureana, como um conjunto de oposições funcionais, estruturado em vários níveis ou subsistemas, que são comuns a todos os membros de uma sociedade. Para eles, a língua, enquanto sistema, é um fenómeno psico-social, depreendido a partir da análise do linguista, a partir de sua actualização na fala dos indivíduos que compõem a sociedade a que pertencem.



Outro conceito de língua é o de língua histórica, sempre adjectivado, e que se coloca em outro nível de formulação teórica e a partir de factores históricos e políticos, daí ser esse entendimento de língua para Chomsky «algum tipo de noção política, não-linguística» (1982:29) e que, portanto, não interessa ao empreendimento gerativo da última década.

O conceito de língua histórica é essencial para o entendimento da questão da língua portuguesa nas diversas configurações que ela toma nas diferentes situações geográficas, históricas e políticas em que ocorre. Ao mesmo tempo que é essencial para a compreensão da unidade da língua portuguesa a noção de sistema abstraível das suas diversas concretizações e que permite defini-la como língua portuguesa e não espanhola, italiana, francesa ou outra.

Portanto, quando se fala de língua portuguesa una, na diversidade de suas manifestações, tem-se em mente - por um lado - a estrutura comum que está na base das suas diversificadas realizações e por outros os factores históricos que a unem e a definem como tal.

Enquanto língua histórica, a depender do transcurso de sua história, as línguas apresentam maior ou menor diversidade nas suas realizações. No caso do português, se pode falar hoje de suas variantes ou variedades básicas (cf., p. ex., MATEUS et alii: 21-29), a de Portugal e do Brasil, já que as de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe até 1975 estiveram em dependência estrita e directa da variante de Portugal e só há uma década se definem em liberdade os seus rumos.

A variante portuguesa e a brasileira apresentam normas linguísticas caracterizadoras que fazem com que de imediato se identifique um português de um brasileiro, mesmo que não se identifique de que lugar ou de que estrato social de Portugal ou do Brasil provêm.

Uma norma linguística é sempre definida sobre um «dialecto de prestígio» que é característico de um grupo social e de um centro cultural considerado modelar, por razões sócio-políticas e culturais; mas não por razões estritamente linguísticas. Além dessa norma de prestígio, resultado, em geral, do consenso entre letrados, académicos, gramáticos, existe em toda comunidade de fala, com todas as suas variações típicas, uma norma consensual que não é imposta de fora ou de cima, mas resultado da necessidade de intercomunicação interdialectal. Neutraliza ela divergências acentuadas e pode ser empiricamente observada já que qualquer falante de uma comunidade de fala é capaz de



emitir juízos de valor estigmatizando ou valorizando determináveis traços linguísticos que lhe pareçam dignos ou não de serem utilizados, mesmo quando o seu uso não coincida com o seu juízo. A sociolinguística americana da escola de Labov vem trabalhando sistematicamente, entre outros, sobre esse aspecto social da língua.

Um «dialecto de prestígio» sobre o qual se erige a norma oficial, em termos estritamente linguísticos, tem a mesma qualificação de qualquer outro dialecto de uma língua histórica. O seu carácter prestigiado advém, portanto, de factores extralinguísticos.

Na linguística contemporânea, o termo dialecto não mais carrega a qualificação estigmatizadora, comum a fases passadas da história do estudo sobre a linguagem, em que estava em oposição a «língua de cultura», definida esta como a que dá suporte à manifestação escrita, transmitida sobretudo pelos processos de escolarização, de aculturação, portanto, em direcção ao grupo social considerado modelo sócio-cultural da sociedade em que a língua histórica em causa se insere.

Por dialecto hoje se entende na linguística as variedades de uma língua histórica que caracterizam formas de falar específicas de lugares, estratos sociais, faixas etárias, com seus registros próprios quanto à formalidade da situação de comunicação, daí as designações metalinguísticas de dialectos diatópicos, dialectos diastráticos, dialectos diacrónicos.

O dialecto chamado de prestígio ou **standard** não é mais, portanto, do que um dos «modos de falar» (significado etimológico de dialecto, do grego «dialektos») de uma determinada língua histórica, próprio a um segmento social de um determinado lugar que é pela sociedade em que se insere escolhido como modelo ou norma a ser seguido, em certas instâncias obrigatoriamente seguido, neste caso como uma das múltiplas formas de controle social existentes nas sociedades humanas, com o fim político de neutralizar a diversidade natural às sociedades e línguas históricas.

Para finalizar essas definições preliminares devo esclarecer que língua histórica, tal como aqui considerada, não se refere apenas às línguas com história escrita, mas também às línguas ágrafas, isto é, refere-se a todas as línguas humanas, também chamadas de línguas naturais.

Quanto à forma escrita de uma língua histórica, poderá ela ser definida como uma representação própria, não-perecível, de um dialecto falado. Em geral, nas línguas não-ágrafas, o modelo do «dialecto escrito» é o do dialecto de prestígio, que, ao ser



transposto para a escrita, sofre adaptações e ajustes, já que a escrita exige regras específicas e só em parte figura o seu modelo falado.

2. DA DIVERSIDADE ORIGINAL AO ESTABELECIMENTO DA NORMA NO SÉCULO XVI

2.1 Rastreamento a diversidade do português medieval

Situa-se nos começos do século XII, precisamente em 1128, data da Batalha de S. Mamede, o surgimento de Portugal como reino independente do reino de Leão e Castela. Na sua origem está o condado portugalense que, juntamente com o condado galego, foram doados por Afonso VI de Leão e Castela a Tareja e Urraca, respectivamente, como presente de núpcias. O rio Minho separava os dois condados, como até hoje separa (ou une?) Portugal e Galiza, fronteira política antiga, mas que, do ponto de vista linguístico opõe ainda o ocidente atlântico da Península a seu corpo oriental. É a não-ditongação do *ì* e *o*, em posição acentuada, do latim no oeste da Península que marca, fundamentalmente, a fronteira linguística que separa o oeste da Península como uma variante entre as variantes hispânicas que lhe estão próximas, o leonês e o castelhano (**pedra** e **sonho** e não **pedra** e **sueño**, p. ex.).

Já vem dos romanos o englobar do noroeste peninsular em uma única divisão administrativa, a Gallaecia, o que, sem dúvida, é um dos factores que determinaram a configuração linguística que, nos séculos subsequentes à queda da dominação romana, desenhou os espaços linguísticos do hispano-romance, constituído de variantes que de perto acompanhavam os traços das fronteiras políticas: do oeste para leste, galego-português, leonês e asturiano, castelhano, navarro e aragonês formam um **continuum** de identidades, mas com isoglossas caracterizadoras, às quais se avizinhavam os dialectos moçárabes desde o século VIII. Tais domínios linguísticos se definiram entre o século V e o X, quando os cristãos românicos, isto é, de língua românica, iniciaram a ofensiva contra os árabes que desde 711 estavam na Península e aí continuam até o século XV. Dessas variantes hispano-românicas surgiram as línguas da Península Ibérica:

A invasão muçulmana e a Reconquista são acontecimentos determinantes na formação das três línguas peninsulares



- o galego-português a oeste, o castelhano no centro e o catalão a leste. Estas três línguas, todas nascidas no Norte, foram levadas para o Sul pela Reconquista. (TEYSSIER, 1982: 5-6)

As características linguísticas do noroeste peninsular podem ser rastreadas em documentos em latim escritos nessa área entre os séculos IX e XII.

Quando Portugal nasce como politicamente independente no século XII, seu espaço se limitava principalmente à região entre o Minho e o Douro, onde se situava a sede do reino, Guimarães. Mas desde 1064 era o Mondego o limite sul em relação ao domínio dos árabes (cf. MAPA I, TEYSSER 1982). Seu limite norte era o Minho e já então se determinava o destino histórico diferenciado das terras ao norte e ao sul deste rio e dos dois povos, o galego e o português, até então um.

Portugal emerge como nação de língua ágrafa. O latim era o veículo oficial escrito e também seria falado em situações de formalidade, tanto religiosa como leiga. Era, de resto, essa a situação comum de toda a Europa ocidental e cristã.

Como então poder falar da diversidade original da língua portuguesa ou do galego-português?

Essa diversidade original do galego-português falado pode ser colocada como hipótese e ser perfeitamente aceitável já que qualquer língua é, naturalmente, diversificada nos seus usos.

Tal hipótese, no entanto, pode ser empiricamente confirmada através do estudo sistemático das grafias da documentação oficial, sobretudo, e oficial também, que começou aos poucos a aparecer em língua portuguesa nos inícios do século XIII, a partir de 1214 e, num crescendo, de 1250 em diante.

Em 1963, Luís Filipe Lindley Cintra, sem dúvida o mais competente filólogo da língua portuguesa na segunda metade do século XX, demonstrava em dois estudos clássicos - *Les anciens textes portugais non littéraires. Classement et bibliographie e Orthographie et langue de textes du XIII siècle*, - a necessidade e oportunidade do estudo da grafia desses documentos como fonte inestimável para o conhecimento não só da variação dialectal no galego-português como dos dialectos ao sul do rio Douro.

É o próprio Cintra que, no segundo dos estudos citados, demonstra as peculiaridades dialectais das sibilantes do português, que ainda hoje opõem os dialectos portugueses meridionais aos dialectos portugueses setentrionais, variação dialectal já entrevista no testemunho de documentos portugueses de diversas partes do reino da segunda metade do século XIII.



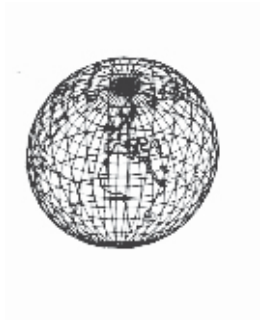
O sistema de quatro sibilantes era formado de duas africadas, surda e sonora, depois fricativas predorso-dentais - **paço, cozer**, p.ex., e de duas fricativas ápico-alveolares - **passo, coser**, p.ex. A sistematicidade da correspondência gráfica dos quatro fonemas aos grafemas correspondentes nos documentos nortenhos é o indicador seguro da existência desse sistema de quatro elementos distintivos naquela área do português. A ausência dessa correspondência gráfica sistemática é o seguro indicador do processo de simplificação desse sistema que veio a reduzir-se a duas sibilantes ápico-alveolares em dialectos do centro de Portugal e a duas sibilantes predorso-dentais nos dialectos meridionais, aí incluído o de Lisboa. É este último sistema que se difundiu para onde Portugal veio a expandir-se. Remanescem ainda as quatro sibilantes em dialectos regionais altamente conservadores de aldeias sobretudo do nordeste de Portugal.

É ainda Cintra que, já em 1959, em estudo filológico monumental, demonstra, ao analisar a linguagem de um conjunto de foros ou costumes do século XIII da área de Castelo Rodrigo, fronteira com a religião leonesa, a superposição do sistema linguístico português e do sistema linguístico leonês depreendido da grafia da família de foros referida.

Cintra, portanto, é que, além de ter demonstrado empiricamente aspectos dessa diversidade através de textos, indica o caminho e um modelo para o estudo sistemático da diversidade dialectal diatópica do português na sua fase chamada arcaica ou antiga, a partir da documentação não-literária medieval.

A documentação literária, na sua primeira fase, contemporânea aos documentos não-literários mencionados, se expressa no Cancioneiro Medieval Português, em uma língua que o consenso dos filólogos define de galego-portuguesa. A transcrição da poesia trovadoresca, quer a do códice da Ajuda, quer a dos códices afonsinos das *Cantigas de Santa Maria*, todos do século XIII para XIV, apresentam características que são consideradas como a representação escrita dos poemas cantados ou recitados dos poetas galegos e portugueses ou de outros lugares, como Afonso X, que escolheram a variante galego-portuguesa para expressar-se poeticamente.

Já do século XIV chegaram até nós documentos literários em prosa que são considerados galegos e não portugueses, por características gráficas que reflectem articulações fónicas galegas e características mórficas que não são próprias aos textos portugueses contemporâneos. Estão nesse caso a *Crónica Troiana*, a *Crónica de Castela* e a versão galega da *Crónica Geral*



de *Espanha de 1344*, que tem a versão correspondente em português.

Embora não houvesse ainda normas explícitas para a língua escrita, a documentação literária não fornece os indícios variados que nos dá a documentação não-literária, sobretudo a não oficial. A razão disso se encontra no facto de que, enquanto esta é produzida por escribas de várias partes do reino, a documentação literária assim como a não-literária oficial saíam de centros de cópia, os **scriptoria**, ou de cartórios oficiais, que se pautavam não por normas ortográficas rígidas e unificadas, que ainda não existiam, mas por princípios gerais que neutralizavam e também confundiam a diversidade fonética e mórfica existente na fala.

2.2 Em direcção a uma normatização da língua

Definidos os limites territoriais de Portugal nos meados do século XIII (o Algarve é tomado aos mouros em 1249) e transferida a corte em direcção ao sul, o eixo Mondego/Tejo se torna o centro político e cultural português. Nessa área privilegiada pela história se formam os maiores centros culturais da época: a Universidade entre Coimbra e Lisboa, o Mosteiro de Santa Cruz em Coimbra, o Mosteiro de Alcobaça, perto de Lisboa, e a corte à margem do Tejo.

A partir da segunda metade do século XIV, em progressão constante na primeira metade do século XV, se traduzem e reproduzem documentos literários e para-literários. Uma língua escrita portuguesa vai sedimentando-se.

Normas de escrita, como já mencionei acima, poderão ser depreendidas como típicas dos **scriptoria** medievais de Alcobaça, de Santa Cruz, da Corte e de mosteiros beneditinos, que pontilhavam sobretudo o norte e centro de Portugal. O estudo sistemático das normas desses núcleos de produção escrita apresenta enorme interesse linguístico, por poder-se, a partir daí, determinar não as características dos dialectos locais, mas normas de escrita próprias aos núcleos referidos.

A par da constituição de uma língua escrita, o avançar do português diversificado do norte para a área moçárabe meridional possibilita o encontro que sintetizará no eixo Lisboa-Coimbra características linguísticas do norte românico e do sul românico-arabizado e permite que naquela área, por razões histórico-políticas, se sedimente um dialecto que ousaria chamar de cosmopolita: é Lisboa a cidade mais povoada, o primeiro porto e a porta para o mundo.



E daí que ainda no século XIV partem os portugueses para os arquipélagos do Atlântico Norte - Madeira e Açores, terras despovoadas; é daí que a partir de 1415, com a tomada de Ceuta, iniciam os portugueses a sua epopeia e a dos povos que irão conquistar, dominar, colonizar, glória que alimenta sua história e estigma que, há apenas uma década, começa a desanuviá-la.

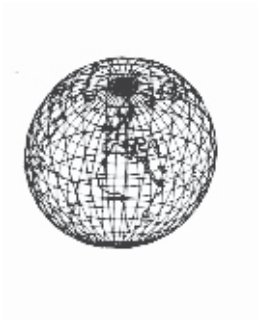
É nesse entremear-se sociolinguístico do centro atlântico de Portugal que se definirá o dialecto de prestígio, cuja norma fundamentará a normatização codificada nos gramáticos quinhentistas, norteará os livros impressos que começam a multiplicar-se com o advento da imprensa e a difusão do ensino da língua chamada então «vulgar», já que o latim ainda era a língua de cultura por excelência, embora desde os fins do século XIII, nos tempos de D. Dinis, o vernáculo português tenha se tornado a língua oficial do reino e passe então a ser o instrumento da escrita de toda a documentação oficial.

Nos inícios do século XVI, em 1536, Fernão de Oliveira, quem primeiro escreveu uma reflexão e análise sobre a língua portuguesa, dá conta com elegância, precisão e clareza da variação social, regional e etária da língua portuguesa. Quando discorre sobre as «dicções usadas», isto é, os vocábulos, são suas palavras:

*E, porém, de todas elas, ou são gerais a todos, como **Deus, pão, vinho, céu e terra** ou são particulares e esta particularidade ou se faz entre ofícios e tratos, como os cavaleiros que têm uns vocábulos e os lavradores outros, e os cortesãos outros e os mercadores outros. Ou também se faz em terras esta particularidade, porque os da Beira têm umas falas e os do Alentejo outras e os homens da Estremadura são diferentes dos de Entre Douro e Minho, porque, assim como os tempos, assim também as terras criam diversas condições e conceitos. E o velho, como tem o entender mais firme, com o que mais sabe, também suas falas são de peso, e as do mancebo, mais leves. (OLIVEIRA 1974: Cap. XXXVIII)*

E conclui por apontar a necessidade do que virá a ser chamado de norma linguística:

...saibamos que a primeira e principal virtude da língua é ser clara e que a possam entender, e para ser bem entendida há de ser a mais acostumada entre os melhores dela e os melhores da língua são os que mais leram e viram e viveram,



continuando mais entre primores sisudos e assentados, e não amigos de muita mudança. (Ibidem)

Talvez não só por ser dos que «mais leram e viram e viveram» e por ser gramático defende Fernão de Oliveira esse princípio, mas também, e talvez principalmente, por ter sido ele próprio estigmatizado, na sua juventude, por falar à moda da Beira, quando estudava em Évora. Seu depoimento é, certamente, a mais antiga informação directa sobre a dialectação da língua portuguesa:

Sendo eu moço pequeno, fui criado em S. Domingos de Évora, onde faziam zombaria de mim os da terra, porque o eu assim pronunciava, segundo que o aprendera na Beira. (Ibidem: 121)

Refere-se à sua pronúncia **som**, que, informa, conviria com **são, sou e so** - esta a que «mais favoreço», diz ele - para a primeira pessoa do presente do verbo **ser**.

3. A DIVERSIDADE E A NORMA NA LISBOA QUINHENTISTA

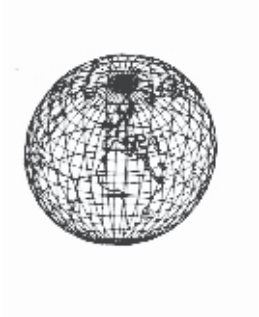
Lisboa dos fins do século XV e começos do século XVI seria certamente um paraíso para o trabalho de campo de um sociolinguista dos fins do século XX.

Talvez não esteja longe da verdade quando sugiro a hipótese referida. Alguns dados históricos sobre a composição demográfica da cidade podem sustentá-la e, em rápido esboço, procurarei fundamentá-la.

Serafim da Silva Neto, na sua ainda não substituída *História da língua portuguesa* (1952:453), cita uma sugestiva frase de frei Heitor Pinto, escritor quinhentista, sobre a capital do reino:

era hua praça e feira de todo o universo, e o porto de Bethlem a boca desta praça.

Avaliada em um milhão de habitantes a população portuguesa de então, cem mil se concentravam na capital. Atraídos, vinham para Lisboa para viver, negociar ou tentar partir para as aventuras marítimas gentes de todo o reino, sobretudo das Beiras e do norte, onde o excesso populacional sempre marcou os seus



habitantes como destinados a migrar, emigrar. Conhecidos, jocosamente, como os «ratinhos», passaram à literatura e à história graças, sobretudo, à arte de Gil Vicente em recriar o rico tecido humano da sociedade portuguesa de seu tempo. Com eles vinham os seus «modos de falar», os seus costumes.

À volta de Lisboa se situavam também os **salaios**, populações ainda descendentes dos árabes, cuja denominação em árabe significa «habitantes do campo». Como **ratinho**, **salaoio** era também forma de nomear depreciativa, provinda da gente que constituía o segmento dominante da sociedade lisboeta.

Aos ratinhos e salaios juntaram-se, a partir de 1443, os negros que vinham escravizados da África e que no reino do «venturoso» D. Manuel constituíam 10% da população de Lisboa. Informação histórica documenta, por exemplo, que, entre 1486 e 1493 chegaram 3589, entre 1511 e 1513, 2996, seguidos depois de

índios da Índia e do Brasil, negros da contra costa, chinas, japões e jaus

segundo João Lúcio de Azevedo (1978:73). O que levou Nicolau Clenardo a dizer:

os escravos pululam por toda parte; estou em crer que em Lisboa são mais que os portugueses de condição livre (Ibidem)

ao que comenta João Lúcio de Azevedo que seria exagero evidente do estrangeiro.

Desse rápido diagnóstico demográfico se pode depreender o que deveria ser a estratificação social e a consequente diversidade linguística naquela Lisboa «praça e feira de todo o universo»: variantes diatópicas, variantes diastráticas, multilinguismo e certamente dialectos de transição, veiculares, necessários à intercomunicação entre as etnias em contacto. Possivelmente existirão fontes para seu estudo, que resta por fazer. No entanto, a partir do texto da obra de Gil Vicente, Paul Teyssier, no seu clássico *La langue de Gil Vicente* (1959) nos fornece uma preciosa e sugestiva informação sobre alguns aspectos do que deveria ser a «língua rústica portuguesa», os arcaísmos das mulheres do povo, como falariam judeus, negros, mouros e ciganos, além de estudar as interferências do português nos textos em espanhol de Gil Vicente. Este trabalho, como o de Lindley Cintra para a documentação medieval não literária portuguesa, abre um caminho de pesquisa e aponta um método de trabalho.



A par dessa diversidade linguística e dialectal se afirma ao longo do século XVI a norma, explicitada de formas diversas, como bem demonstra Maria Leonor Buescu (1983) na sua tese *Babel ou a ruptura do signo*, por Fernão de Oliveira, 1536, João de Barros, 1540, e Pero de Magalhães de Gândavo, 1574, cada um definido por seu momento e sua biografia, na síntese que segue da autora referida:

O primeiro como representante dum aventureirismo cultural e, de certo modo, contestatório, feito de intuição e indisciplina, com alguns toques de génio. O segundo, João de Barros, representará o estatuto majestático duma aristocracia mental... é um expressivo depoimento... Magalhães de Gândavo, por seu lado, assume-se como actor dum jogo de «democratização» cultural, através duma simplicidade metodológica, produzindo uma obra caracterizada por uma imediatez pedagógica e divulgatória. (BUESCU 1983:15-16)

No contexto europeu da época, a questão das línguas nacionais, os «vulgares», como então eram designadas em oposição ao latim, emerge como uma forma de afirmação de identidade e autonomia nacionais. No caso português, soma-se a esse factor cultural próprio à Europa românica, a necessidade local de afirmar-se frente ao poder, não só político, como linguístico, castelhano, que, no âmbito cortesão, dividia o prestígio com o português, o que veio a acentuar-se a partir de 1580, com a dinastia filipina, dominando politicamente em Portugal.

A esses dois factos se acrescenta o do Império que se expandia e tinha de firmar-se, e a língua, sua companheira, para plagiar Nebrija, devia, necessitava de ser regulada para, a partir daí, criarem-se mecanismos efectivos de dominação, para os quais a língua é instrumento indispensável.

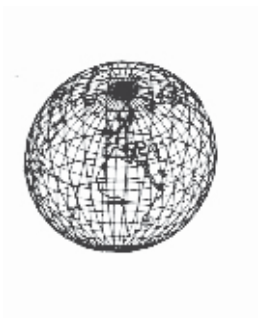
«Cartinhas» ou cartilhas, gramáticas, propostas de uniformização ortográfica, produção de textos religiosos e morais se sucederam naquele século. João de Barros, com sua obra didáctico-pedagógica e histórica, é o paradigma do intelectual engajado nessa política do Império.

Com a difusão da imprensa, que ocorreu também nesse século de aberturas, ao português falado do contacto inicial com os povos conquistados, se impunha o texto escrito para a difusão da fé e do império, isto é, para a dominação política, cultural, linguística e religiosa subsequente. Texto escrito normativizado, que, certamente, tomou como modelo a norma dos que «mais leram, viram e viveram», dos que constituíam o segmento sócio-cul-

Diversidade e Unidade: A Aventura Linguística do Português



tural dominante das margens do Tejo. Com esse português de prestígio, partiram para o mundo também as variantes dialectais do povo português.



Diversidade e Unidade: A Aventura Linguística do Português (2.^a parte)

1. INTRODUÇÃO

O português europeu contemporâneo «é uma língua nacional quase 'perfeita'». Essa é uma afirmação de Paul Teyssier, na sua concisa e precisa *História da língua portuguesa* (1982: 40). A escolha do adjectivo perfeita, entre aspas, para qualificar o português europeu se esteia no fato de que ele ocupa uma área que se manteve estável desde a delimitação de suas fronteiras no século XIII e de que nele não existem minorias linguísticas. Além disso, o que não é comum na Europa, em raros pontos do seu território, a fronteira linguística não coincide com a fronteira política. Aqui e ali avança o português em área espanhola, como, no nordeste, em Ermisende, província de Zamora e no leste, em Alamedilha, Eljas, Valverde del Fresno, San Martin de Trevejo, Herrera de Alcântara e em Olivença. Ainda no leste, mas mais ao norte, é uma variedade do leonês que avança em território português: Riodonor, Guadramil, Miranda e Sendim (cf. MAPA 2, CINTRA, 1964-1971). No mais é o português de Portugal, língua de nação unilingue, com a dialeção natural e própria.

A sua dialeção geográfica ou diatópica, que tem sido detalhadamente estudada e descrita desde os começos do século, graças sobretudo ao trabalho de três mestres da dialectologia portuguesa - Leite de Vasconcelos, Paiva Boléo, Lindley Cintra, e continua hoje a ser minuciosamente observada e analisada por discípulos dos dois últimos - é marcada por algumas isoglossas fônicas ou isófonas que delimitam dialetos regionais que já se configuravam na Idade Média como, de passagem, referi na exposição anterior.

O mapa dialetal diatópico do português europeu foi, com a precisão possível nesses estudos, traçado tanto por Leite de Vasconcelos, como por Paiva Boléo e por Lindley Cintra, e hoje está em curso o Atlas Linguístico de Portugal, com uma densa rede de localidades exploradas, o que permitirá ainda com mais exatidão marcar os limites desses dialetos. Entretanto é ainda a *Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses* de Cintra (1971: 81-116), com base nos dados do Atlas Linguístico da Península Ibérica, a mais precisa e difundida (cf. MAPA 3).



A sua variação diastrática, ao contrário da diatópica, tem sido pouco analisada, fato que parece decorrer, não apenas de uma tradição de estudos dialetais horizontais, mas também porque os problemas sociolinguísticos não devam ser tão marcados quanto os regionais.

A sua norma, definindo-se desde o século XVI, como mencionou-se na primeira parte desta exposição, consolidou-se tendo o dialeto do eixo Lisboa-Coimbra como base e sobre ela se estabeleceram as normas dos dialetos literários e também o que hoje se costuma denominar de «dialeto de escola». Em nossos dias, entretanto, já se avalia criticamente em Portugal a imposição desse dialeto como modelo exemplar a ser imposto coercitivamente no processo de escolarização desde os primeiros anos, atitude que se generaliza em muitas partes, uma vez que se vem defendendo o respeito à diversidade linguística, sobretudo nos anos iniciais da escola, incluindo nessa diversidade também aquela que se manifesta nos dialetos de prestígio. Não seria de outra forma, já que os avanços da Sociolinguística contemporânea têm demonstrado a importância e as vantagens do respeito à diversidade linguística no processo escolar.

Na última década um fator novo entra nesse quadro de língua nacional quase «perfeita» de que fala Teyssier e invadem Portugal as variantes linguísticas dos retornados da África e a tão propalada, discutida, execrada ou amada, intromissão do português brasileiro pelos meios de comunicação de massa, sobretudo a televisão.

Esse quadro de estabilidade e tradição que tracei, que talvez esteja em processo de mudança, poder-se-ia dizer que se opõe ao quadro instável, «imperfeito», também entre aspas e plagiando Teyssier, das outras áreas do mundo de língua portuguesa, da hoje chamada lusofonia.

É nessas áreas, concentrando-me sobretudo no Brasil, que me deterei a seguir, tendo em mente o fato de que a história da expansão portuguesa pelo mundo é acompanhada de diversas e desvairadas histórias de contacto entre línguas.

2. GLOTOCÍDIOS E NASCIMENTOS LINGUÍSTICOS NA HISTÓRIA DA DIFUSÃO DO PORTUGUÊS PELO MUNDO

Contrariamente ao que ocorre no português europeu, em todas as outras áreas lusófonas, o português se encontra em situações complexas e diversas de multilinguismo e aí está incluído o Brasil.



2.1 O Caso Brasileiro

Embora oficialmente ainda seja definido como uma nação monolíngue, por não reconhecer-se que com o português, língua majoritária, como se vê, incontestavelmente, convivem cerca de 170 línguas indígenas, as línguas brasileiras autóctones, identificadoras de mais de 180 nações indígenas, com uma população de mais de 220 000 índios que sobreviveram e sobrevivem ao processo etnocida e glotocida, que desde o século XVI segue e persegue o avanço da língua portuguesa. Um dos instrumentos da colonização portuguesa no passado é hoje um dos instrumentos de dominação dos segmentos que detêm o poder na sociedade brasileira. O processo quinhentista persiste, a ideologia da homogeneização cultural e linguística também, mudados apenas os senhores.

Se olharmos para mapas (como os dos n.ºs 4, 5, 6) temos uma história visual, instantânea e esquemática dos resultados do contacto de natureza glotocida português / línguas indígenas do Brasil. O mapa n.º 4, tirado do clássico de Mattoso Câmara Jr., *Introdução às línguas brasileiras* (1969), mostra a distribuição, no século XVI, da língua indígena conhecida como o tupi da costa que predominava no litoral brasileiro no primeiro momento da colonização portuguesa. Confrontando-se este com o do n.º 5 (MELATTI, 1972), que apresenta as famílias linguísticas principais em que se podem agrupar as línguas indígenas brasileiras, vê-se que a família tupi-guarani, à qual se filia o tupi da costa, recuou para o interior de Mato Grosso e Amazônia. Considerando o mapa n.º 6 (MELATTI, 1972), tem-se uma panorâmica da distribuição geográfica das línguas indígenas do Brasil, em que raros pontos no litoral e na faixa que logo sucede o litoral, marcam locais onde estão línguas indígenas, pois elas se concentram do norte para o oeste, do centro para oeste e algumas ainda persistem no sul. Na região Nordeste, por exemplo, onde hoje ainda vivem cerca de 20 povos indígenas, remanesce uma única língua indígena, o fulniô ou yatê de Pernambuco (RICARDO, 1984), sendo monolíngues em português todos os outros índios.

O que nos mostram os mapas está dito com precisão na recente obra de Aryon Rodrigues, *Línguas brasileiras* (1986: 19-20):

Uma linha imaginária traçada de São Luís do Maranhão, ao norte até Porto Alegre, ao sul, passando, por perto de Brasília, no centro, deixa a oeste a área onde sobrevivem as línguas indígenas e a leste a área onde elas se extinguíram



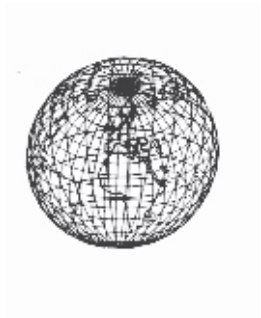
quase sem exceção. As exceções são apenas três: a língua Yatê dos Fulniô, ao sul de Pernambuco; a língua dos índios Maxakali, no nordeste de Minas Gerais e a língua Xókleng, no Município de Ibirama, a oeste de Blumenau, Santa Catarina. Uma exceção aparente são os grupos falantes de Guarani (dialetos Nhandeva e Mbiá) no leste paulista e no litoral dos estados do Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo, os quais têm migrado durante os últimos cem anos, do vale do rio Paraná para a costa atlântica.

A análise histórica da expansão pelos interiores brasileiros das chamadas frentes pioneiras explicita e explica a distribuição atual dos povos indígenas, que se encontram atualmente em vários graus de aculturação em relação à sociedade dominante que se refletem no unilinguismo ou plurilinguismo desses grupos.

Uma tipologia dessa situação aculturativa é a do antropólogo Darcy Ribeiro: do extremo de povos isolados ao outro de povos integrados, propõe ainda Darcy Ribeiro a existência de grupos em contacto intermitente e de grupos em contacto permanente. Várias situações de trânsito entre esses quatro patamares se podem encontrar: dos isolados em trânsito para os de contacto intermitente, desses em trânsito para o permanente e, por sua vez, desses últimos em processo de integração.

Uma hipótese seria a de que houvesse uma correspondência simétrica entre os quatro tipos de situações definidas por Darcy Ribeiro, e a situação linguística no interior de cada um desses tipos. Seriam assim unilingues em sua língua materna os índios isolados e, no outro extremo, os integrados seriam unilingues em língua portuguesa. Se os isolados são unilingues, ou precariamente usam uma forma de **pidgin**, para comunicar com a sociedade que aos poucos os envolve, seria o caso dos Yanomani, p. ex., os integrados são muitas vezes unilingues em português; mas em alguns casos conservam suas línguas como os já mencionados Fulniô, Maxakali, Xókleng, mas falam o português regional. Entre os em contacto permanente ou intermitente há vários graus de bilinguismo línguas indígenas/língua portuguesa, a depender do tipo de contacto a que está submetido o grupo.

A situação esboçada leva a afirmar que o uso do português pelos povos indígenas deverá ser observado caso a caso, porque não é apenas o grau de aculturação que determinará os usos linguísticos. Vários outros fatores interferem, como a história do contacto de cada grupo, a maior ou menor fidelidade a sua língua, relacionada à maior ou menor necessidade de marcar a



identidade do grupo - e a língua é identificador fundamental - , além de fatores intrínsecos às estruturas linguísticas em contacto e outros que têm a ver com condições psicológicas e sociais dos indivíduos que compõem os grupos.

Apenas um exemplo: entre os kamayurá, do Alto Xingu, que tive oportunidade de observar, entre os 119 indivíduos que compunham o grupo, naquele momento, as mulheres, os velhos e as crianças na primeira infância não falavam português. Entre os homens, rapazes, adolescentes masculinos e meninos na sua segunda infância variava o grau de fluência: 11 estavam num grau que denominei I (o mais alto) e 30, no IV (o mais baixo); nos intermediários, 12 (8 no II e 4 no III) (MATTOS E SILVA, 1972: 80 e idem, 1981). Isso permite dizer que, naquele pequeno grupo de falantes nativos do kamayurá, o uso do português ia de um **pidgin** de intercurso prático a um nível de fluência ótimo para um falante que aprende assistematicamente uma língua estrangeira, isto é, sem interferência de um processo de ensino / aprendizagem e sem a intermediação da escrita, mas na prática quotidiana.

Deste sumário panorama do multilinguismo constituído das línguas indígenas e do português, e do contacto deste com aquelas, quero sugerir que para o conhecimento da realidade diversificada do português brasileiro hoje se faz necessário um estudo exaustivo e sistemático dos contactos linguísticos em curso no Brasil contemporâneo.

Se a expansão do português no Brasil fez desaparecer centenas de línguas autóctones - para Aryon Rodrigues, nos começos do século XVI, seriam o dobro as línguas brasileiras (1986: 19); para António Houaiss seria verosímil admitir até o número de 1 500 línguas na área brasileira (1985: 100) - no caso brasileiro a expansão do português é, portanto, fundamentalmente, uma história de natureza glotocida.

2.2 Sobre renascimentos linguísticos

Outra face de extrema importância para a história das línguas no mundo e para a história cultural em geral são os surgimentos de novas formas de comunicação linguística que resultaram da expansão colonial de povos europeus por diversas partes do Atlântico, do Índico, do Pacífico. Refiro-me aos crioulos.

Seria impossível nos limites desta exposição trabalhar com detalhe sobre a questão da origem, constituição e estrutura das chamadas línguas crioulas ou crioulos. Provenientes de **pidgins**



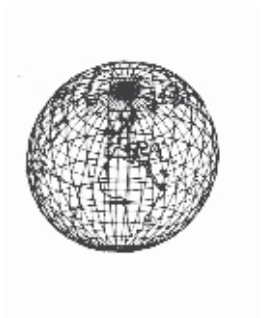
de intercuro prático e de função pragmática imediata, os crioulos se estruturam como línguas maternas de sociedades colonizadas a partir do século XVI. E, neste caso, a língua portuguesa desempenhou papel fundamental: além de ter sido a primeira língua ocidental usada na costa da África (TARALLO e ALKMIN, 1987: 127), é um **pidgin** de base portuguesa que será a língua de intercuro na costa africana e no litoral asiático do século XVI ao XVIII (CUNHA, 1981: 37-72).

Estudados desde o século XIX, a partir de Hugo Schuchardt e no âmbito português a partir de Adolfo Coelho, são hoje um dos campos de pesquisa mais explorados e aprofundados, tanto do ponto de vista teórico, como do ponto de vista histórico, como essenciais para a compreensão do fenómeno da linguagem humana.

A língua portuguesa, como a inglesa, e a francesa e a holandesa são base de crioulos que resultam do contacto dessas línguas e as mais diversas línguas no mundo e estão hoje pontilhando os litorais do Caribe, do oeste atlântico africano, do Índico, do sudeste da Ásia e da Indonésia. O atual trabalho de Tarallo e Alkmin além de discutir os problemas teóricos dessas línguas resultantes de situações de contacto, apresenta uma informação histórica detalhada sobre os crioulos portugueses no passado e no presente. (Cf. MAPAS 7, 8, 9 e 10).

No caso dos crioulos de base portuguesa, o referido trabalho apresenta uma classificação de base geográfica desses crioulos, tanto os extintos como os novos. Em síntese: na Ásia, os do grupo sino-português, do malaio-português, do indo-português; na África, os do golfo da Guiné, o das ilhas de Cabo Verde, o da Guiné-Bissau, o do Senegal.

Ao falar de crioulos portugueses não posso deixar de gravar aqui os três também recentes estudos de Celso Cunha, reunidos no seu livro *Língua, nação e alienação* (1981). Aprofunda ele o conhecimento existente sobre o protocrioulo português nos séculos XVI, XVII e XVIII, a situação linguística de Cabo Verde e Guiné-Bissau e se detém o autor sobre a diversidade interna do crioulo de Cabo Verde. De todos os crioulos de base portuguesa é este o que mais se destaca em termos históricos, não só pela sua vitalidade, sua literatura e por seu estatuto de língua nacional de Cabo Verde, onde o português, como nas outras ex-colónias portuguesas da África, é língua oficial ainda necessária à comunicação externa dessas nações com o mundo, como veicular interna, ponte pragmática de inter-comunicação entre falantes das muitas outras línguas que ainda nelas são faladas, apesar dos mais de quatro séculos e meio de domínio da língua



de prestígio da nação colonizadora.

Quero com esses dados apenas indicar que não só de glotocídios viveu a expansão do português, mas também de nascimentos de línguas que, embora fruto de uma situação de dominação, se apresentam, poderia dizer, como formas linguísticas de reacção a tais situações.

3. O PORTUGUÊS DO BRASIL, LÍNGUA NACIONAL

3.1 Em diacronia

O estatuto de língua nacional coloca o português do Brasil, quanto ao **status** sócio-político, no mesmo nível que o português de Portugal, com a diferença fundamental de que o de Portugal é falado por mais de dez milhões de indivíduos e o do Brasil por mais de cem milhões.

Como o de Portugal, o português brasileiro se mantém numa área estável. Pode-se dizer que, em geral, as fronteiras linguísticas brasileiras coincidem com as políticas, se se quiser apagar da lembrança alguns pontos da fronteira sul, na qual avança o espanhol e o guarani, e pontos da fronteira amazônica em que diversas línguas indígenas se acantonam, refugiando-se de glotocídios iminentes.

Diferentemente do português de Portugal, convive com múltiplas minorias linguísticas que se concentram, principalmente, nos grandes centros urbanos, na região sul do país, áreas de imigração e nas áreas de populações indígenas remanescentes que mantêm as suas línguas.

O destino do português no Brasil se definiu nos meados do século XVIII, quando o Marquês de Pombal, por lei de 3 de Maio de 1757, primeiro aplicada ao Pará e Maranhão e que depois se estende a todo o Brasil (CUNHA, 1981-92), dá início a uma nova política linguística e cultural na colônia americana, ao criar a primeira rede leiga de ensino, expulsos os jesuítas, ao estabelecer um ordenamento jurídico e administrativo em que a língua portuguesa passa a ser obrigatória, proscrevendo-se o uso de quaisquer outras línguas (HOUAISS, 1985-85). Esse fato histórico marcou definitivamente o fim de um processo que poderia ter definido outro destino linguístico para o Brasil.

Pode-se admitir, pelos dados da história brasileira que, durante os dois primeiros séculos de colonização, a língua do colonizador não se impôs como majoritária na terra que aos poucos efetivamente dominava.



Um rápido diagnóstico demográfico, baseado na síntese recente de António Houaiss, *O português no Brasil* (1985), é um argumento que sustenta a afirmativa anterior: no século XVI, na extensão ocupada do litoral brasileiro, viviam cerca de trinta mil brancos e mestiços integrados, um ou dois milhões de indígenas (em rápido processo de decréscimo populacional) e cerca de trinta mil negros (desde a África, já na viagem, desarticulados de seus grupos de origem, como se sabe, e por isso sem condições de manter efetivamente vivas as suas línguas de origem); já no século seguinte, a penetração interiorana avançava, a população branca e mestiça integrada subia para duzentos mil, a indígena ainda era significativa - um e meio milhão de habitantes - e a negra crescia para quatrocentos mil (HOUAISS, 1985: 44).

O instrumento de intercomunicação verbal principal nesse período histórico - se pode deduzir teoricamente e dados empíricos da história, embora rarefeitos, o confirmam - não seria a língua portuguesa, nem nenhuma das línguas africanas que aqui chegaram, pelo que antes se disse, mas sim uma língua geral de base indígena, com predomínio certamente da língua geral da costa, certamente marcada pela versão dos jesuítas missionários.

Sabe-se que não é o português a língua das reduções e missões jesuíticas, sabe-se que nas fazendas e no ambiente rural em geral (e o que seria urbano então no Brasil?), na casa dos senhores e dos outros era uma língua, não a portuguesa transplantada, mas com interferências certamente dela, que se constituía. De base indígena e com marcas africanas era aceita, entretanto, pelo poder leigo e da igreja, esta que foi a legitimadora da língua geral para a catequese e domínio dos indígenas nos primeiros tempos coloniais.

Confluindo no século XVIII, entre outros, fatores demográficos significativos tais como o avanço da população branca e mestiça integrada (cerca de quinhentos mil) e alcançando um milhão a população escrava negra, associados à nova política colonial pombalina, se definiu por aquele século o português como língua dominante.

Daí por diante a escolarização em português, o processo de urbanização crescente, a vinda da corte para o Brasil no início do século XIX, entre outros fatores, definiram a língua portuguesa como língua nacional e oficial, é óbvio que com suas marcas próprias, devidas não só a um processo natural de mudança intrínseca a qualquer língua, mas diferentemente marcada do processo de mudança do português europeu, não só pelas



interferências das línguas indígenas como das línguas africanas que aqui se encontraram com o português.

A questão das derivas distintas do português europeu e do brasileiro espera um estudo sistemático, teoricamente fundamentado e comparativo.

3.2 Na sincronia

Contrapondo-se à diversidade interna das variantes europeia e brasileira da língua portuguesa, poder-se-ia afirmar, com base no conhecimento científico existente dessas duas variantes de um mesmo sistema linguístico, que a diversidade horizontal em detrimento da vertical pesa mais no português europeu, enquanto no Brasil o contrário se verifica.

Com outras palavras é o que diz Teyssier (1982: 79):

As divisões «dialectais» no Brasil são menos geográficas que sócio-culturais. As diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originários de duas regiões distantes uma da outra.

Consideremos, em primeiro lugar, a variação diatópica do português:

Na sua recente gramática, Mateus et alii (1983: 20-21) seleciona quatro indicadores fonéticos que delimitam de uma maneira global essas duas variantes da língua portuguesa:

BRASIL

- vogais átonas pouco reduzidas;
- palatalização do /t/ e do /d/ antes de /i/ (tônico e átono);
- semivocalização do /l/ final de sílaba e de palavra;
- supressão ou velarização do /r/ final.

PORTUGAL

- vogais átonas muito reduzidas;
- inexistência dessas palatalizações;
- velarização do /l/ final de sílaba e de palavra;
- realização como vibrante alveolar simples do /r/ final.

Se esses indicadores fônicos caracterizam e opõem o português de cá e o de lá do Atlântico, no seu todo, em cada uma das variantes consideradas é bastante distinta a configuração dialetal espacial.



Da portuguesa se pode falar com base em pesquisa sistemática de longa tradição como já mencionei; da brasileira, a informação é rarefeita e incipiente apesar de, desde a década de vinte, Antenor Nascentes ter iniciado com brilho e mérito os estudos de dialectologia no Brasil.

Seguindo de perto Cintra (1971), os dialetos regionais portugueses podem ser divididos em dois grandes grupos: os setentrionais e os meridionais. Esses dois sub-grupos podem ser divididos e o são em áreas menores. Não entrarei aqui nos detalhes da classificação proposta pelo autor, mas quero deles destacar o fato de as isófonas que delimitam os dialetos nortenhos, no seu todo, dos sulistas, na totalidade, situarem no norte realizações fonéticas que não se encontram no Brasil, como:

- o sistema de quatro sibilantes típico do português medieval, a que me referi antes, ou o sistema de duas sibilantes ápico-alveolares, enquanto nos meridionais vigora o de duas sibilantes predorso-dentais, como no Brasil;
- opõem-se em áreas do norte uma africada palatal surda a uma fricativa palatal surda (/ts/:/s/), enquanto no sul não ocorre a africada, mas apenas a fricativa, como no Brasil;
- em outras áreas do norte neutraliza-se a oposição /b/:/v/, que não se neutraliza nos meridionais, como também no Brasil;
- nos dialetos do norte mantêm-se os ditongos /ou/ e /ei/, enquanto no sul ambos se monotongam, tal como no Brasil.

Desses dados se depreende que, a partir dessas isófonas, coincidem ao nível fónico os dialetos meridionais do português europeu meridional com os dialetos brasileiros. Outras características do português meridional não foram ainda, pelo menos, documentadas no Brasil e não se encontram nos dialetos setentrionais de Portugal: nelas não me deterei, mas apenas menciono mudanças estruturais complexas no sistema vocálico em posição acentuada que caracterizam certas áreas do Alto Alentejo, do Sudeste da Beira Baixa e do Algarve. Por outro lado, as variantes brasileiras apresentam características que não só não se encontram no sul de Portugal, como as selecionadas por Mateus et alii mas que se opõem, como um todo, a Portugal. Além disso, no interior dos dialetos diatópicos brasileiros, há variantes específicas, que ainda não foram exploradas na sua totalidade. É o caso, só para exemplificar, da realização retroflexa do /r/, típica de certas áreas interioranas e de palatalizações de oclusivas, não apenas aquelas definidas nos itens selecionados por Mateus et alii.



As coincidências dos fatos acima referidos entre os dialetos meridionais portugueses e os brasileiros, em geral, têm sido explicadas por terem sido, ambos, áreas em que, encontrando-se portadores de dialetos regionais diferentes, apagaram-se identificadores típicos regionais, em proveito de um certo nivelamento fonético, num processo de mudança, que ocorreu em Portugal, durante a repovoação do Sul no período da Reconquista, do século XI ao XIII e que veio a repetir-se, de maneira análoga, no Brasil, ao se encontrarem falantes de dialetos portugueses vários.

O que sucedeu, de facto, foi que os colonos portugueses do Brasil elaboraram uma koiné por eliminação de todos os traços marcados dos falares portugueses do Norte e por generalizações das maneiras não marcadas do Centro-Sul.

Assim sintetiza Teyssier os fatos comuns destacados acima (1982: 78).

É um lugar-comum, em muitas obras que tratam do português brasileiro, destacar a sua «espantosa» (ou outro qualificador equivalente) unidade. Os que assim se expressam partem, em geral, de um confronto entre a dialeção geográfica portuguesa e a brasileira. Isso, que se pode chamar de julgamento estereotipado, não se fundamenta no conhecimento exaustivo da realidade linguística do Brasil que de resto ainda é insuficiente e fragmentariamente estudada.

O *Atlas linguístico do Brasil*, empresa, sem dúvida, hercúlea, esboçado por A. Nascentes, advogado por Serafim da Silva Neto, Celso Cunha, entre outros, só parcialmente se cumpriu e, aos poucos, sem uma coordenação metodológica que permita com sucesso um confronto sistemático de dados para que, com base nos fatos, se possa traçar fronteiras dialetais diatópicas no Brasil.

Antenor Nascentes propôs uma divisão dialetal brasileira em 1922, refeita por ele, posteriormente, em 1933 e 1953, e que nunca considerou definitiva, como, aliás, de outra maneira não poderia ser.

Nela primeiro distingue uma oposição norte/sul, com base na realização aberta das pretônicas ao norte e sua realização fechada ao sul, e a na «cadência», ao norte «cantada» e ao sul «descansada». Como limite propõe, depois de sua experiência de viajante atento, uma linha divisória que, nas suas palavras, ia:

da foz do rio Mucuri, entre Espírito Santo e Bahia até à cidade de Mato Grosso, no estado do mesmo nome, passando cerca



de Teófilo Ottoni, Minas Novas, Bocaiúva, Pirapora, Serra da Mata da Corda, Carmo da Paranaíba, rio Paranaíba, rio São Marcos, Arrepêditos, Santa Luzia, Pirenópolis, rio das Almas, Pilar, foz do rio dos Araés, Cuiabá e Mato Grosso. (NASCENTES, 1952: 25).

Essa proposta de Nascentes nunca foi sistematicamente, com trabalho de campo específico, testada e, contrariamente ao que ocorre com a dialectologia de Portugal, até hoje não temos como definir uma fronteira dialetal do português brasileiro.

Em recente artigo, ainda no prelo, Suzana Cardoso (1986), do grupo de dialectólogos da Bahia, a partir dos dados do *Atlas Prévio dos falares baianos*, coordenado por Nelson Rossi (1963) e do *Esboço do Atlas linguístico de Minas Gerais*, coordenado por Mário Zágari (1977), verifica se as realizações das pretônicas abertas ou fechadas se distribuem, nessa zona que é limítrofe das duas grandes áreas de Nascentes, de acordo com a sua proposta. E conclui que Nascentes tinha razão pelo menos no que tange à área verificada e confirma a linha que demarca as duas realizações do *e*, no que diz respeito à «linha que demarca a fronteira entre o falar baiano e o mineiro e o fluminense».

Depois de uma fase animadora, à volta da década de 50 e 60, os estudos de dialectologia diatópica parecem voltar, retomam novo alento, basta que se atente para o fato de que além dos *Atlas* citados, já impresso está o da Paraíba, o de Sergipe em fase de impressão (embora pronto desde 1973), outros em andamento como se pode ver nas comunicações apresentadas ao *Simpósio sobre a diversidade linguística no Brasil*, realizado, em homenagem ao centenário de A. Nascentes em Outubro de 86, em Salvador. Nas suas *Atas* (1987), recém-lançadas, se anunciam atlas em projecto e em execução, além de outros estudos sobre problemas diatópicos do português brasileiro.

Se um trabalho dialectológico se desenvolvesse sobre toda a área brasileira, talvez se desconfirmasse ou ficasse confirmado o ponto de vista exposto no início desse item e que pode ser resumido na frase já citada de Teyssier - «as divisões dialectais do Brasil são menos geográficas que sócio-culturais».

Muito andar será preciso para que se chegue à resposta à dúvida acima colocada. Enquanto isso, da década de setenta para cá, vêm num crescendo os estudos de variações diastráticas do português brasileiro.

Em artigo de 1973, «Os estudos dialectológicos no Brasil e o Projecto de estudo da norma linguística culta», Dinah Callou,



uma das autoras do *APFB*, e Maria Helena Marques afirmam que

...em nosso país, devemos concentrar nossas pesquisas no terreno da dialectologia urbana da sociologia linguística.

e são ambas autoras de um dos primeiros estudos de sociolinguística do Brasil, *O -s implosivo na linguagem do Rio de Janeiro*, em que demonstram a relação entre as variantes do *-s* final e fatores sociais, tais como procedência, nível cultural, atividade profissional, idade.

Concentrada, em princípio no Rio de Janeiro, e sob a orientação de A. J. Naro, a bibliografia sobre a diversidade sociolinguística ou dialeção diastrática cresce, não só no âmbito da pesquisa que se desenvolve nos cursos de pós-graduação, mas em projetos maiores e abrangentes como, por exemplo, o pioneiro projeto NURC (Norma Urbana Culta) e outros mais recentes, como o Censo Sociolinguístico do Rio de Janeiro e o projeto que se desenvolve, no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sobre vários aspectos da complexa diversidade linguística do sul do Brasil.

Os estudos sociolinguísticos, no seu sentido mais amplo, são fundamentais numa sociedade estratificada e altamente complexa nas suas configurações sociais como a nossa; numa nação multilíngue e pluriétnica, em que os grandes centros urbanos abrigam as mais diversas etnias, com populações em vários níveis de aculturação, decorrendo disso problemas sociais de diversas naturezas. Entre eles se avulta o do estabelecimento da norma ou das normas de prestígio que, quer se queira quer não, efetivamente existem em uma sociedade segmentada e em que a língua escrita é instrumento essencial.

4. A DIVERSIDADE E A NORMA NO BRASIL DO FIM DO SÉCULO XX

Problema dos portugueses cultos no século XVI, muitos brasileiros, neste fim do século XX se debatem, e até mesmo se degladiam em torno do que seja a norma culta, a norma de prestígio, que deve conduzir o português brasileiro, enquanto «língua de cultura», língua oficial, base da cultura letrada, modelo para o ensino.



Parece já haver um razoável consenso, sobretudo nas gerações mais jovens, em torno do fato de a norma codificada na tradição gramatical de origem portuguesa, e fundada, sobretudo, na literatura de épocas passadas, não ser mais do que algo idealizado, ultrapassado já, e que nada, ou quase nada tem a ver com a norma ou as normas linguísticas em realização, que se entrecruzam na comunicação quotidiana com a dialeção diatópica e diastrática de milhões de brasileiros.

A intenção original do citado projecto NURC era exatamente a de observar, em cinco capitais brasileiras, como falam segmentos do nível mais alto de escolaridade, para, a partir daí, fundamentando-se nos dados, estabelecerem-se princípios para os usos linguísticos socialmente controlados, exigidos por instituições de nossa sociedade. Os fundamentos para uma prática, a partir do projeto mencionado, estão longe de estar prontos para uma adaptação pedagógica, que poderia partir de situações documentadas e permitiria, com certa margem de acerto, a condução do ensino, baseada, pelo menos, nas variedades existentes nos dialetos de segmentos denominados cultos, por seu grau de escolarização, de cinco capitais brasileiras.

Enquanto isso não se realiza, e não parece ser tarefa para já, discute-se com frequência, intensidade e paixão, em diversas instâncias da sociedade, os males, desmandos e até desgraças que sofre a língua portuguesa no Brasil. De uns anos para cá, associando-se sempre à crescente degradação dos sistemas de ensino, é essa uma das questões mais debatidas na sociedade brasileira.

Transferindo eu para a questão do Brasil de agora, o que Leonor Buescu coloca em relação à questão da língua portuguesa no século XVI, permito-me a última citação:

Em cada momento, a história cultural - e sociológica - do homem coloca a sua «Questão da Língua». Ora, a profunda relação que existe entre «Questão da Língua» e todas as «questões» que sacodem com maior ou menor força o edifício sociocultural é, certamente, a mesma profunda relação que existe entre a língua em si própria e os outros elementos da estrutura social. A língua é ou faz parte do aparelho ideológico, comunicativo e estético da sociedade que a própria língua define e individualiza. (1983: 218)

E no âmbito da língua portuguesa a «Questão da Língua» reveste várias «questões» com formas distintas; não será a



mesma no Brasil, em Portugal, nas jovens nações da África?...

Independentemente dos questionamentos que sobre ela façam, a língua portuguesa viva e sã, e acredito que mais viva do que nunca, floresce no Brasil e se assume, não apenas na sua literatura forte, mas na voz a ser ouvida de cada brasileiro, qualquer que seja sua origem geográfica ou social. Com ela reforça-se a língua portuguesa no seu todo, lusitana ou africana.

Diversa e una, em momento de liberdade, revendo criticamente a coerção normativa homogeneizadora, dominante outrora, sempre a esgueirar-se por frestas académicas, a aventura linguística que se definiu historicamente com Afonso Henriques no século XII continua o seu percurso e se afirma como uma das línguas mais usadas no mundo.

Salvador, 2 de Agosto de 1987

BIBLIOGRAFIA CITADA E CONSULTADA

- 1 AZEVEDO, J. L. - 1978. *Épocas de Portugal económico. Esboços de história*. Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- 2 BARROS, J. de - 1971. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, Faculdade de Letras (Edição de M. L. C. Buescu).
- 3 BUESCU, M.L.C. - 1983. *Babel e ruptura do signo. A gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa, IN/CM.
- 4 CALLOU, D. I. & MARQUES, M. H. - 1973. - Os estudos dialectológicos no Brasil e o projeto de estudo da norma linguística culta. *Littera*, Rio, ano III (mai-ago.), p. 110-11.
- 5 CALLOU, D. I. & MARQUES, M. H. - O -s implosivo na linguagem do Rio de Janeiro. *Littera*, Rio, n.º 14, p. 9-137.
- 6 CARDOSO, S. - 1987. *Tinha Nascentes razão? Estudos linguísticos e literários*. Salvador, n.º 5 (no prelo).
- 7 CHOMSKY, N. - 1982. *The generative enterprise*. Dordrecht-Holland. Foris Publications.
- 8 COSERIU, E. - 1982. *Sentido e tarefas de la dialectologia*. Mexico, Instituto de Investigaciones Filológicas - Centro de Linguística Hispánica, UNAM.
- 9 CINTRA, L. F. L. - 1963. Orthographe et langue de textes du XIII^e siècle. In: *Apport des anciens textes romans non littéraires à la connaissance de la langue du Moyen Age - Revue de Linguistique Romane*. T XXVII, p. 59-77.
- 10 CINTRA, L. F. L. - 1963. Anciens textes portugais non-littéraires. Classement et bibliographie. *IBID.*, p. 40-58.



- 11 CINTRA, L. F. L. - 1959. *A linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*. Lisboa, CEF, 1959.
- 12 CINTRA, L. F. L. - 1971. Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses. *Boletim de Filologia*. T XXII, fasc. 1 e 2, p. 81-116.
- 13 CUNHA, C. F. - 1981. *Língua, nação, alienação*. Rio. Nova Fronteira.
- 14 HOUAISS, A. - 1985. *O português no Brasil*. Rio, UNIBRADE.
- 15 MELATTI, J. - 1972. *Índios do Brasil*. Brasília, Coordenada.
- 16 MATEUS, M. H. et alii - 1983. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra, Almedina.
- 17 MATTOS E SILVA, R. V. - 1981. A formação de uma área dialetal do português. *Ciência e Cultura*, 35(6), p. 735-42.
- 18 MATTOS E SILVA, R. V. - 1987. *O contacto português - línguas indígenas: uma história de glotocídios*. Conferência, inédita.
- 19 MATTOSO CÂMARA, J. - 1965. *Introdução às línguas indígenas no Brasil*. Rio, Acadêmica.
- 20 NASCENTES, A - 1953. *O linguajar carioca*. Rio, Org. Simões (2.^a ed.).
- 21 OLIVEIRA, F. - 1975. *A gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura actualizada e notas por M. L. C. Buescu. Lisboa, IN/CM.
- 22 RICARDO, C. A. (coord.) - 1984. *Povos indígenas no Brasil (Aconteceu Especial, 15)*. São Paulo - Rio, CEDI.
- 23 RODRIGUES, A. R. - 1985. *Línguas brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo, Loyola.
- 24 ROSSI, N. et alii - 1963. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio, INL.
- 25 SILVA NETO, S. da - 1952. *História da língua portuguesa*. Rio, Livros de Portugal.
- 26 TEYSSIER, P. - 1982. *História da língua portuguesa*. Lisboa, Sá da Costa (Trad. de C. F. da Cunha).
- 27 TEYSSIER, P. - 1985. Lição final. In: *Actas do Simpósio sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo*. Lisboa, ICALP.
- 28 TARALLO, F. e ALKMIN, T. - 1987. *Falares crioulos. Línguas em contato*. São Paulo, Ática (Série Fundamentos).
- 29 ZÁGARI, M. R. L. et alii - 1973. *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais*. MEC-FCRB-UFSF.

* Professora do Instituto de Letras da Universidade Federal de Brasília.

Referência

MATTOS E SILVA, R. V. - Diversidade e Unidade: A Aventura Linguística do Português. Revista ICALP, vol. 11, Março de 1988, 60-72; Revista ICALP, vol. 12/13, Junho-Setembro de 1988, 13-28.